

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar de
Economia, Inovação, Obras Públicas e
Habitação
Deputado António Topa

São Bento, 03 de dezembro de 2020.

Assunto: *Audição, com caráter de urgência, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, a propósito do plano de reestruturação da TAP.*

A TAP é uma empresa fundamental para o país, representa cerca de 2% do PIB português, emprega quase 10 mil trabalhadores diretamente e centenas de milhares indiretamente, bem como é um dos maiores exportadores nacionais (realizando, em 2019, vendas superiores a 3,4 mil milhões de euros) e adquire serviços a milhares de fornecedores portugueses. É inegável o seu valor estratégico para a coesão territorial e desenvolvimento económico.

E desde o início da crise pandémica que a aviação tem sido um dos setores económicos mais afetados, e não houve nenhum país que não tivesse apoiado este setor.

O Governo, porém, recusou a proposta de nacionalização da TAP e da Groundforce e de auditoria à gestão privada apresentada por este Grupo Parlamentar nos finais de junho. Foi só no início de julho que anunciou a decisão de ficar com 72,5% da TAP, com um papel na gestão executiva da empresa.

Embora esta decisão só tenha chegado depois de várias semanas de negociações com o acionista privado - que nunca teve o interesse público em conta -, o governo já sabia, em junho, que seria exigido um plano de reestruturação para accionar qualquer tipo de auxílio de Estado.

Aliás, foi precisamente nesse contexto que o ministro das infraestruturas afirmou, a 16 de junho, que, *"Os despedimentos não têm que ser inevitáveis. Há várias formas de fazermos uma reestruturação da empresa. O que ela tem é de ser feita com os sindicatos e há várias formas de fazermos isso. Os sindicatos têm várias sugestões e propostas"*.

Em contradição com as suas próprias declarações, em outubro, o mesmo ministro anunciou, em audição requerida pelo Bloco de Esquerda, que afinal se previa que saíssem 1600 trabalhadores até ao final do ano de 2020. Mais recentemente, porém, o que foi divulgado pela comunicação social é que afinal o plano de reestruturação prevê, no total, o despedimento de até 3000 trabalhadores, cortes salariais transversais de 25%, redução da frota de 23% e redução da operação até 50%.

Neste momento, a falta de informação sobre o plano de reestruturação retira toda a credibilidade ao processo. Em primeiro lugar porque os sindicatos tinham que ser envolvidos na solução, e percebe-se hoje que o que lhes foi apresentado, na passada sexta-feira, foi um plano de despedimentos, reduções salariais e suspensão do acordo de empresa como sendo factos consumados e não como uma proposta passível de negociação. Imposição não é negociação.

Em segundo lugar porque, em junho, era já evidente que havia uma reestruturação em curso, com cortes cegos de centenas postos de trabalho na área do call center e dos tripulantes de bordo. Este processo foi também decidido ao arrepio de sindicatos e das comissões de trabalhadores. E perante a inércia do Governo, o acionista privado iniciou um processo de reestruturação sem qualquer linha orientadora e sem qualquer escrutínio.

Este grupo parlamentar considera inaceitável que os despedimentos e os cortes salariais sejam apresentados como factos consumados, quando é conhecido que os sindicatos têm vindo a pedir reuniões há 5 meses e continuam abertos ao diálogo.

É por isso que consideramos que é urgente que o Governo apresente a estratégia que tem para a TAP e quais os pressupostos e linhas orientadoras subjacentes ao plano de reestruturação. É que ao mesmo tempo que a administração da TAP e o governo apresentam os despedimentos e os cortes salariais, a IATA (associação internacional de transporte aéreo) altera as suas previsões para a retoma, assumindo que, com a vacina, a previsão dos dados de recuperação de operação se reduz de 2025 para 2023. Também o

Eurocontrol apresentou uma recuperação das operações em 73% já em 2021. São conhecidas as companhias aéreas que tiveram que cancelar voos por terem despedido demasiados trabalhadores ou que tiveram que os ir recuperar para fazer face ao aumento da procura.

Este grupo parlamentar tem vindo alertar o Governo para que desenvolva uma estratégia de fundo para que a TAP possa servir o país, rejeitando a pressão de Bruxelas de tornar a TAP numa miniatura do que atualmente é, para que continue a assegurar a coesão territorial, a marcar uma presença efetiva junto da diáspora e a assegurar postos de trabalho essenciais para o desenvolvimento económico do país.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer potestativamente a audição, com carácter de urgência, do Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, a propósito do plano de reestruturação da TAP.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires